



Reuters

ÁFRICA

PSD quer Moçambique na agenda da presidência portuguesa da União

Questão da insurgência jiadista em Cabo Delgado está longe de ser apenas moçambicana e resposta tem de ser enquadrada de forma global. Além dos contactos bilaterais, Portugal acompanha-a no âmbito da União Europeia.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
 afsousa@jornaleconomico.pt

O PSD quer que a questão da insurgência jiadista na província moçambicana de Cabo Delgado seja uma das prioridades da agenda do Governo de António Costa no primeiro semestre de 2021, altura em que terá em mãos a presidência do Conselho da União Europeia, depois de substituir o governo alemão, disse ao Jornal Económico (JE) o deputado Nuno Carvalho, coordenador do grupo parlamentar do PSD na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas. Os sociais-democratas têm sido muito críticos da posição do Governo sobre a questão moçambicana – ou mais propriamente da falta dela, pelo que pretende instigar o Governo a dar resposta mais eficaz ao problema. Para isso, levará a cabo várias iniciativas, desde logo de âmbito parlamentar.

O tema não tem estado debaixo dos holofotes da agenda do Gover-

no – que pouco tem falado sobre ele –, mas recentemente, numa audição parlamentar, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, disse que “intervimos tendo em atenção que é um problema muito sério, que tem uma expressão particularmente aguda no norte de Moçambique, mas está longe de se reduzir a Moçambique”. Para o também ministro de Estado, “a nossa estratégia no âmbito da União Europeia e da Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido de consciencializar os nossos parceiros de que temos de impedir que se crie um cordão que vem da Somália até Moçambique, passando pelo Quênia, pela Tanzânia e outros países, que instabilizaria toda a África oriental”.

No caso particular de Moçambique, “temos respondido aos pedidos e solicitações das autoridades moçambicanas, que as dirigiram a três entidades internacionais: a SADEC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), as Nações Unidas e com particular intensidade a União Europeia. E

nós estamos a trabalhar no âmbito da União para uma resposta a essa solicitações”. O ministro dos Negócios Estrangeiros revelou que “o que as autoridades moçambicanas pedem é em primeiro lugar apoio logístico, em segundo lugar formação e treino das suas forças de segurança na contra-insurgência, e assistência e ajuda humanitária e cooperação”. É portanto nesse quadro – apesar dos contactos bilaterais paralelos aos que acontecem no âmbito da União, que também existem, como disse Augusto Santos Silva – que o Governo português pretende atuar.

Há uma questão interna que viabiliza a insurgência islâmica: a fragilidade do estado moçambicano e das suas forças de segurança e defesa

Um problema internacional.

Em causa está o que aparenta ser uma questão internacional. Isso mesmo têm dito muitos responsáveis dos mais diversos quadrantes, como o moçambicano João Honwana, consultor político ligado à ONU, para quem a internacionalização do conflito se dá por duas vias: pela compulsão do próprio jiadismo – que pretende formar uma espécie de ‘sucursais’ do Estado Islâmico em todo o lugar onde isso possa ser feito (e a África parece ser o lugar certo) – mas também pela atração que os recursos energéticos locais (petróleo e gás natural) exerce sobre os players internacionais, sendo de todo difícil perceber-se como e até que ponto eles estarão presentes nessa região.

De qualquer modo, para o consultor – que há pouco tempo interveio num debate no âmbito do Clube de Lisboa –, os problemas de Cabo Delgado permitem concluir que há uma questão interna que viabiliza a insurgência islâmica: a fragilidade do estado moçambicano, das suas forças de segurança e defesa e mesmo da coesão social – emparedada entre velhas questões étnicas, religiosas e de raça, a que se junta o absoluto deslance económico das populações.

... com ajuda local

Mas, à margem destas causas – tomadas como boas entre todos os intervenientes e comentadores – parece despontar uma outra, que vem do interior da própria região. Um moçambicano que vive na região e entrou em contacto com o JE – e pretende manter o anonimato – disse que é importante que a comunidade internacional compreenda que a situação em Cabo Delgado “tem tudo a ver com a Frelimo” e o modo como “a ditadura tomou conta de Moçambique”. Nas suas palavras, “Gaza [província a sul do país] tem um milhão de pessoas que colonizaram o resto de Moçambique, e é em Maputo que tudo se passa, a corrupção é mais que muita e nada chega aqui ao norte”. Para esta fonte – que vive em Nacala, um pouco a sul do epicentro da insurgência –, “é essa revolta que está a acontecer em Cabo Delgado, pois as pessoas já não querem mais essa Frelimo corrupta”. “As eleições foram uma farsa, votar ou não votar é igual, a Frelimo ganha sempre”, garante.

O problema tem, por isso, diversas frentes, que transformam a questão num megaproblema a que, para já, o governo de Maputo não tem conseguido dar resposta. Entretanto, a União Europeia já decidiu o envio para Moçambique de uma ajuda orçamental de emergência da ordem dos 100 milhões de euros – destinada especificamente à região onde se verifica a insurgência. ●